



O Periódico científico na área de Humanidades: critérios de avaliação¹

Ana Cláudia Gruszynski
Antônio M. V. Sanseverino

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS)
Centro Universitário UniRitter (Curso de Letras)²

Resumo

No presente artigo discutimos critérios de avaliação de periódicos científicos, tanto no que se refere ao conteúdo a ser avaliado pelos pares, quanto aos aspectos formais e materiais da apresentação do texto. Buscamos problematizar algumas convenções a eles relacionadas, evidenciando necessidades de uma comunidade acadêmica no que tange à comunicação científica. Enquanto construções historicamente delimitadas, tais critérios devem ser continuamente reavaliados e discutidos.

Palavras-chave

Comunicação visual; produção editorial; periódicos científicos.

Os periódicos científicos são reconhecidos e valorizados como meios fundamentais para a divulgação científica. Como uma das formas de registro da produção intelectual, sua avaliação vem sendo feita atendendo recomendações para credenciamentos, progressão na carreira acadêmica, concursos seletivos e obtenção de fundos de agências de fomento, entre vários outros. Apesar de sua relevância, estes periódicos frequentemente enfrentam sérias dificuldades para manutenção, que envolvem desde a falta de continuidade entre as edições e distribuição, até problemas de normalização e edição gráfica qualificada, que assegurem sua inserção em bases de dados nacionais e internacionais.

Se, por um lado, há uma preocupação crescente no estabelecimento de critérios para avaliação de periódicos científicos (cf. Stumpf, 2003; Targino, 2000; Mueller, 2000; Krzyzanowski & Ferreira, 1998; Castro, 1996 e Miranda, 1996), por outro, observamos a carência de orientações no sentido de como qualificar seu desenvolvimento do ponto de vista da produção editorial. Ainda que frequentemente sejam editados por pes-

¹ Trabalho apresentado ao NP 04 – Produção Editorial, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Doutora em Comunicação pela Faculdade de Comunicação da PUCRS. Professora universitária, designer gráfica e ilustradora. Autora do livro *Design gráfico: do invisível ao ilegível*, publicado pela 2AB do Rio de Janeiro. Site www.tipographia.com.br. E-mail anagru_fabico@yahoo.com. Doutor em Teoria da Literatura pelo Instituto de Letras da PUCRS. Professor de Literatura Brasileira e coordenador a da Editora UniRitter. E-mail antonio@plugin.com.br



quisadores renomados nas suas áreas de conhecimento, nem sempre estas pessoas detêm conhecimentos especializados em edição, o que prejudica tanto o processo de desenvolvimento da publicação como, algumas vezes, o resultado final. Uma vez que o primeiro contato com os conteúdos de um periódico se dá a partir de suas características visuais – cujo suporte pode ser uma tela de computador ou um volume impresso –, que aspectos envolvem o desenvolvimento de uma apresentação adequada à divulgação do conhecimento científico? Levando em conta a normatização própria de publicações científicas, como aprimorar sua apresentação gráfica de modo a ampliar sua eficácia comunicacional tanto no que se refere aos aspectos informativos, persuasivos como estéticos? Como dar maior visibilidade aos periódicos científicos, respeitando suas características particulares, mas aproximando-os da visualidade contemporânea?

A circulação do conhecimento científico

As publicações constituem pólos de disseminação do conhecimento científico, sobretudo em função de seu alcance geográfico e permanência de registro. Os periódicos científicos, nessa perspectiva, representam um dos canais mais relevantes para a divulgação e circulação dos saberes produzidos na comunidade científica.

Segundo Mueller (2000, p. 75), a *Royal Society* sugere quatro funções atuais do periódico científico:

comunicação formal dos resultados da pesquisa original para a comunidade científica e demais interessados (...); preservação do conhecimento registrado (...); estabelecimento de propriedade intelectual (...); manutenção do padrão de qualidade na ciência (...).

Seu cumprimento, contudo, está atrelado a vários problemas que abrangem prazos, custos, acesso, atualização, avaliação, entre outros; que vêm sendo estudados por autores como Stumpf (2003), Targino, (2000), Mueller (2000), Krzyzanowski & Ferreira (1998), Castro (1996) e Miranda (1996).

Interessa-nos destacar que as deficiências associadas aos periódicos científicos tradicionais não se constituem como fatos recentes, embora tenham se agravado com a expansão quantitativa de universidades, de pesquisadores e o desenvolvimento tecnológico, com a conseqüente alteração das expectativas sobre os meios de comunicação científica. Nesse sentido, o meio eletrônico vem incorporando novas propostas, sobretudo por oferecer alternativas de flexibilidade de acesso, recuperação da informação de várias formas, menor custo (sob certos aspectos), maior alcance e disponibilidade. Entretanto,



este suporte ainda não detém a mesma credibilidade que os periódicos impressos tradicionais. Afirmar Mueller (2000, p. 84):

O meio eletrônico ainda não inspira confiança suficiente para substituir o periódico impresso em papel na sua função de registro primário, confiável e autorizado da ciência certificada e, paradoxalmente, também apresenta certas dificuldades de acesso que os periódicos tradicionais não enfrentam. Esses dois problemas – confiança e acesso – não decorrem da tecnologia, mas de questões externas aos aspectos tecnológicos, envolvendo hábitos da comunidade científica, interesses de editoras comerciais e questões tais como a precariedade de algumas bibliotecas, regiões ou países, que não dispõem de recursos materiais ou humanos adequados. Em outras palavras, não são os eventuais problemas tecnológicos que impedem a ampla aceitação do meio eletrônico, mas problemas humanos e econômicos.

Observamos então que, embora a tecnologia permita otimizar a divulgação de informações sob vários aspectos, a apropriação tecnológica não se dá de maneira uniforme, assumindo perspectivas distintas que envolvem uma rede complexa de elementos. O discurso científico, ao utilizar-se de diferentes suportes para a disseminação do conhecimento, o faz a partir de determinados paradigmas:

Sabe-se que os discursos do saber funcionam segundo certos paradigmas. Podemos dizer que os paradigmas têm uma função normativa para a comunidade científica. Por outro lado, o discurso científico tem instrumentos específicos para a circulação do saber: os periódicos especializados, as editoras etc. O discurso científico, então, tem instrumentos para sustentar seus paradigmas. Estes, de acordo com os paradigmas científicos de um domínio, fazem parte das regras (uma norma) para enunciar um texto científico (Guimarães, 2001, p. 73).

A relação entre os instrumentos utilizados para a circulação do conhecimento científico e as regras de enunciação deste texto possibilita novas perspectivas dentro do que vem se constituindo como pesquisa no assunto: avaliar periódicos nos suportes impresso e on-line, problematizando questões que dizem respeito à definição deste gênero discursivo nesses dois suportes não apenas a partir dos critérios formais tradicionalmente reconhecidos como “próprios do campo científico”, mas também a partir de critérios que dizem respeito à eficácia comunicacional.

O periódico científico

Os termos *revistas científicas*, *publicações periódicas*, *publicações seriadas*, entre outros, são freqüentemente utilizados como sinônimos. A rede *International Standard Serial Number* (ISSN), que tem o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) como representante nacional, considera as publicações seriadas ou *serials* como uma categoria maior valendo-se do conceito extraído da ISO 3297. Ele estabelece que esta é uma publicação que utiliza qualquer tipo de suporte e é



editada em partes sucessivas com designações numéricas ou cronológicas destinada a ser continuada indefinidamente. No âmbito da comunicação científica, nesta categoria encontramos revistas, jornais, boletins informativos científicos ou de divulgação, atas, anuários, etc. No que se refere à periodicidade, podem ser: diários, semanários, mensais, bimensais, etc.

Ao categorizar as publicações em termos de conteúdo, a divisão dos periódicos pode ser estabelecida segundo a originalidade do conteúdo publicado nos periódicos, bem como a partir da procedência dos textos que compõem as publicações, estando estas relacionadas à atividade de pesquisa ou não.

No que se refere ao primeiro tópico, encontramos propostas em Lambert (1985) e Souza (1992). Lambert (1985) divide os periódicos científicos, em duas categorias: (1) revistas científicas primárias ou *primary journals*, que são o primeiro veículo para a publicação de uma pesquisa em ciência ou tecnologia, tendo como característica fundamental a apresentação de conteúdo inédito; (2) revistas científicas secundárias ou *secondary journals*, que têm como função predominante divulgar, comentar e interpretar pesquisas que foram publicadas nas revistas científicas primárias.

Souza (1992), por sua vez, acrescenta uma terceira categoria. Para a autora, temos; (1) publicações primárias, que apresentam artigos ou matérias originais; (2) publicações secundárias, dedicadas a resumos ou sinopses de matérias originais; e (3) publicações terciárias, que abrangem revisões, reunindo os conhecimentos sobre determinada matéria a partir do resgate de elementos originais ou não. Se um periódico apresentar apenas artigos inéditos, ele se enquadra dentro da primeira categoria. Contudo, é possível que uma mesma publicação apresente, além de material inédito, também resenhas de livro, resumos de trabalhos, etc., o que a faria pertencer a duas ou três das divisões propostas.

Em relação ao segundo tópico, Stumpf (1998) propõe uma categorização diferenciada para as publicações periódicas em geral, que foi elaborada por um grupo de pesquisadores do IBICT. Esta prevê seu enquadramento como: (1) científicos, que dedicam mais de 50% de seu conteúdo a artigos assinados – resultantes de atividades de pesquisa – identificados através de descrições internas denominadas “Método”, “Metodologia”, “Resultados”, “Conclusões”, entre outros; (2) técnicos, que dedicam mais de 50% de seu conteúdo a artigos assinados, emitindo opiniões, pontos de vista, etc. de especialistas sobre determinado assunto, ou seja, artigos assinados, porém não resultantes de atividades de pesquisa; e (3) divulgação, que dedicam mais de 50% de seu conteúdo a notícias curtas, informes, entre outros, ou seja, matéria não assinada.



A avaliação dos periódicos científicos

Quando se discute a avaliação de um determinado objeto, a primeira necessidade é definir critérios norteadores principalmente ao que tange a formação do conhecimento científico, que pressupõe caráter crítico e reflexivo. Uma preocupação recorrente no universo editorial, e especificamente no âmbito do periodismo científico, é a existência de um número crescente de novos títulos que vem sendo publicados anualmente. Para o processo de acumulação e de circulação do conhecimento, esse dado é importante, porém impõe um maior rigor nos sistemas de avaliação, centrado na necessidade de selecionar e de excluir títulos, em um processo de legitimação e de consagração de veículos relevantes em cada área.

No caso brasileiro, o desenvolvimento dos critérios de avaliação pela CAPES, no sistema Qualis, e pela seção brasileira do Scielo, nos permite avaliar a preocupação dos órgãos de fomento em qualificar a publicação científica e em fazer frente ao excesso de publicações com a apresentação de uma referência para cada área. No que se refere ao presente artigo, interessa focar a área de humanidades.

Primero, porque en el campo de las ciencias, nosotros pertenecemos a las disciplinas "blandas" y, por eso, nos vemos permanentemente en la necesidad de justificar las formas en que investigamos y cómo construimos el conocimiento. Segundo, porque las tradiciones discursivas en las humanidades son variadas y nos conviene conocerlas para entender mejor el funcionamiento de otras disciplinas (...). Una tercera razón es entender cómo los investigadores en las humanidades nos aproximamos al conocimiento, cómo presentamos nuestras verdades, qué actitudes asumimos ante el conocimiento ajeno y ante el propio. Una cuarta razón tiene que ver con la forma en que nos relacionamos con nuestros lectores, cómo nos presentamos ante la comunidad de investigadores de nuestra propia universidad. (Bolívar, 2004, p. 8)

A reflexão crítica de Bolívar pode servir de guia para analisarmos alguns aspectos dos periódicos científicos em humanidades. A natureza discursiva do conhecimento científico da área de humanas tem por base a construção de conceitos e um processo lógico e argumentativo de análise. Cada área apresenta uma forma de linguagem acadêmica e definição do que considera aceitável cientificamente. Por fim, temos a constituição de comunidades interpretativas (Chartier, 2000, p.40) em cada uma das áreas das ciências humanas, com um perfil próprio de interação discursiva. Essas comunidades estabelecem modelos de interpretação e de fixação de sentido. É nesse âmbito que interessa haver critérios para a constituição dos periódicos que garantam a circulação do conhecimento em cada área e sirvam como garantia de legitimação dos artigos produzidos. Cabe ressaltar, antes de mais nada, que interessa



discuti-los sem consagrá-los como verdades absolutas, a fim de se garantir princípios comuns para a comunidade acadêmica.

No que diz respeito ao caráter dos periódicos, então, há uma distinção forte entre as áreas biológica, exata e humanidade. Nesse último caso, por mais que sejam empregadas pesquisas quantitativas, há ainda o caráter subjetivo e variável de um conhecimento que não pode ser reduzido a equações precisas. Não se apaga a necessidade do rigor lógico ou da formação de conceitos precisos, mas o resultado apresentado é distinto (discursivo) e dificilmente reduzido a gráfico ou a linguagem matemática. Às vezes a procura de um rigor científico leva a importar modelos da física, da biologia ou da matemática, como no caso da tendência positivista, como se conhecimento sobre o homem, a linguagem, os valores e a sociedade pudessem ser equivalentes ao conhecimento da natureza ou da linguagem formal dos números. Como conhecimento e interesse estão próximos, torna-se complicado avaliar o caráter científico de um periódico em humanidades segundo o critério da originalidade ou da novidade de uma hipótese ou de um resultado, pois a tendência é torná-lo discutível e dificilmente consensual. Nesse caso, parece-nos fundamental considerar a referência bibliográfica utilizada, as citações feitas e a contribuição que o texto publicado traz a bibliografia da área em questão.

Essa dificuldade não apaga a necessidade de avaliar a qualidade de artigos publicados, mas exige que os critérios de avaliação e de definição sejam considerados dentro da comunidade acadêmica do periódico e postos sob perspectiva histórica. Por exemplo, ao avaliar um texto interpretativo sobre determinado autor contemporâneo, se entrarmos no mérito do lugar canônico ocupado ou não na tradição, estaremos correndo o risco de não avaliar os conceitos instrumentais usados para a leitura da obra, a coerência interna da crítica, a pertinência da leitura em relação à obra analisada, o uso adequado da bibliografia. Se for um texto de história, possivelmente a avaliação deverá contemplar o tratamento das fontes usadas, considerando o rigor de seu uso.

Os exemplos tendem a se multiplicar. Cabe, porém, levantar critérios de avaliação de periódicos (tendo como referência Qualis / CAPES e Scielo), segundo qualidade, periodicidade e abrangência. Há uma base comum. Por exemplo, impõe-se a constituição de um Conselho Editorial composto majoritariamente por membros externos à Instituição a que se vincula o periódico. Os conselheiros, com pesquisa e produção reconhecidas pela comunidade acadêmica nacional e/ou internacional, devem ter condições de avaliar as linhas editoriais e os números publicados. Os conselheiros, bem como pareceristas *ad hoc*, devem ter autoridade para selecionar e para rejeitar



textos apresentados, a fim de dar confiabilidade e assegurar a aprovação da comunidade científica.

A periodicidade regular é fundamental para a solidificação e permanência do periódico. Ela varia em cada área, mas em geral nas humanidades, a exigência é de periodicidade semestral no mínimo, considerando a necessidade de que as datas previstas para lançamento sejam cumpridas.

Os critérios de editoração colocam os limites necessários a serem respeitados na confecção material do periódico. Na sua estrutura, cada artigo deve ter resumo e *abstract*, com a devida indicação das palavras-chave. É fundamental a previsão de critérios de normalização, devidamente anunciados no corpo do periódico, que orientem os autores e que sejam seguidos em cada um dos números. Além disso, em cada texto deveriam constar datas de recebimento e de aprovação.

A distribuição e a circulação garantem que o conhecimento produzido pelos pesquisadores chegue a sua meta, à comunidade acadêmica. Por isso, é fundamental que exista um sistema de vendas previsto (tal como a possibilidade de assinaturas) e haja um sistema de permutas através da biblioteca da Instituição de origem e outras.

A produção deve ser prioritariamente de pesquisadores com titulação, com experiência profissional em sua área e/ou reconhecimento pelos pares. O reconhecimento do pesquisador nem sempre confere, no entanto, legitimidade automática para o artigo escrito. Por isso, existe a necessidade de um sistema de avaliação dos artigos por pares, conselheiros ou pareceristas especializados.

Mesmo havendo essa base comum, como está referido acima há uma série de diferenças esclarecedoras da diversidade de áreas. Em alguns casos, o tempo de existência da revista é fundamental. Em outros, há a abrangência avaliada pelo conselho e pela existência de artigos nacionais e internacionais. Nas áreas médicas, há o problema da autoria em que um artigo é assinado por toda uma equipe de pesquisadores. Cabe destacar que os princípios acima elencados são fruto de um processo de qualificação do sistema de avaliação dos periódicos que se evidencia pelos órgãos de financiamento que passaram a desenvolver “programas de avaliação com diferentes abordagens e metodologias”. (Stumpf, 2003, p. 27)

A avaliação de um periódico passa necessariamente pela qualidade dos textos que nele vão publicados. Deve-se considerar, no entanto, que uma instituição (ou um grupo) pode legitimar uma publicação, emprestando-lhe seu prestígio enquanto local



qualificado na produção de pesquisa pura ou aplicada. Assim também a autoridade acadêmica construída por autores e por conselheiros pode levar a avaliar positivamente um periódico. E, num período de internacionalização do conhecimento, a presença de um periódico nas bases de indexação também se constitui como referência.

Em um sistema de relações organizadas para publicar um periódico científico, articulam-se diversas partes distintas. Normalmente, há privilégio do perfil acadêmico, da forma de seleção e do conteúdo dos artigos. Por outro lado, muitas vezes, um periódico perde força e relevância ao deixar de lado o caráter material da edição e os critérios formais de composição.

Os aspectos materiais da comunicação científica

Como uma atividade que dá forma material a conceitos intelectuais, o design gráfico visa o desenvolvimento de projetos com fins comunicacionais. A atividade envolve a elaboração de peças que podem ser compostas por fotos, ilustrações, textos ou elementos tipográficos. O designer é responsável por relacionar os recursos à sua disposição segundo um objetivo determinado. Conforme Doblin (1980), existem três orientações básicas que levam à produção de uma mensagem: informar, persuadir e estimular. A dimensão retórica do design, portanto, não se restringe apenas à uma única função, mas abrange as dimensões simbólico-convencional, indicial-experiencial e icônico-poética, com maior ou menor ênfase, dependendo do contexto e do leitor. De um lado, observamos o caráter inovador e direcionado à transformação das representações da atividade; de outro, aquele conformador, já que, ao depender da compreensão de uma audiência, precisa reproduzir um mínimo de convenções e argumentos (Cf. Cauduro, 1996).

A publicação de periódicos científicos impressos e eletrônicos passa pela atividade de design. Embora cada um dos suportes envolva uma série de conhecimentos e técnicas específicas para obter a maior eficácia em termos de legibilidade, ambos exigem que se leve em consideração a adequação entre a emissão e absorção de informações, o que passa pelos sentidos humanos. Dentre estes sentidos, podemos afirmar que aquele que mais se destaca – considerando o momento de desenvolvimento tecnológico contemporâneo – ainda é a visão.

A comunicação formal estabelecida exige a leitura, seja ela de textos, gráficos, tabelas, ou outras imagens. Nesse sentido, os dispositivos tipográficos assumem importância significativa, na medida que representam suportes móveis às possíveis atualizações do texto. “Permitem um comércio perpétuo entre textos imóveis e leitores



que mudam, traduzindo no impresso as mutações de horizonte de expectativa do público e propondo novas significações além daquelas que o autor pretendia impor a seus primeiros leitores” (Chartier, 1996, p.98).

Elementos como a pontuação, o itálico, as margens e outros, não podem ser considerados acessórios, pois sem eles não há escrita ou tipografia. Além disso, através deles também reconhecemos um tipo de texto: um texto científico, um poema, uma lista, um romance, uma bula, etc. Gênero, lugar de edição, situação de recepção, nos predispõem a uma leitura singular em um universo em que diversos modos discursivos habitam simultaneamente o espaço cultural e social.

Refletir sobre o projeto gráfico (ou visual) de um periódico científico, portanto, exige que, de um lado, levemos em conta as motivações e conhecimento dos leitores individuais, bem como todo texto em si. De outro, que avaliemos características intrínsecas ao texto que podem facilitar ou dificultar a atividade de leitura.

No que se refere a tipografia ocidental, observamos que as letras são signos que representam sons da linguagem verbal, sua função primária é a de remeter a uma imagem visual da palavra, um padrão mental reconhecível pelo leitor enquanto tal. A legibilidade, nesse sentido, compreenderia as qualidades e atributos inerentes à tipografia que possibilitariam ao leitor distinguir, reconhecer³ e compreender as formas e os arranjos dos tipos com maior facilidade. A tradição tipográfica sugere três qualidades essenciais ao design de tipos: contraste, simplicidade e proporção. O uso de fontes com essas características, contudo, não basta para assegurar uma ótima legibilidade. É fundamental a sua composição no layout, o contexto (Carter, Day e Meggs, 1993). O vocabulário técnico mantém – em língua inglesa – uma distinção entre os termos *readability* e *legibility*. O primeiro refere-se ao arranjo dos tipos, o segundo a seu reconhecimento.

Dentre os níveis de articulação da retórica tipográfica a serem considerados como aspectos intrínsecos ao texto temos: detalhe da letra, traços distintivos; letra, tipo ou grafema; grupo de letras ou tipos; sílaba gráfica; palavra; grupo de palavras; linha; grupo de linhas; parágrafo; grupo de parágrafos; coluna; página ou layout; grupo de páginas; seção ou capítulo; volume; conjunto de volumes; série ou coleção; etc (Gruszynski, 2000).

Estudos acerca da leitura (Cf. Gruszynski, 2003) evidenciam que raramente lemos palavra por palavra. A redundância permite que o leitor tenha uma idéia bastante

³ A noção de *reconhecimento* do tipo está associada não tanto a alguma essência ótica intensa, mas a familiaridade que o leitor tem com determinadas fontes.



razoável do que está sendo transmitido, auxiliada pela intenção de extrair sentido do que está sendo lido por parte do leitor. Os níveis de redundância não são os mesmos para corpo do texto, tabelas e gráficos, sendo estes dois últimos geralmente de grau menor. Se para a atividade de leitura textual no Ocidente existe um movimento ocular predominante – esquerda para a direita, de cima para baixo –, na leitura de imagens, o olho constrói seu percurso a partir de contrastes de cores, formas, texturas, enfim, da articulação dos elementos básicos da comunicação visual (Aumont, 1993; Dondis, 1991).

Uma vez que a compreensão das informações está diretamente relacionada às propriedades dos suportes e ao aparato perceptivo dos leitores, cada um dos itens relacionados acima deverá ser avaliado de forma peculiar no caso de periódicos impressos e daqueles eletrônicos. As interfaces que os caracterizam têm pontos em comum, mas também outros bastante distintos. Enquanto que o meio impresso tem uma longa tradição, tornando de certo modo naturalizada a leitura através de sumários, números de páginas, notas de rodapé, etc., as publicações científicas eletrônicas são recentes e a constituição de orientações sob o ponto-de-vista da ergonomia da hipermídia são um campo de pesquisa com uma trajetória curta, se comparada a história do impresso.

Vale ressaltar ainda que a evolução da cultura gráfica – que abrange as diferentes formas de escrita e sua variedade de usos – considera também a escrita e os diferentes suportes, sua materialidade, enquanto parte inalienável das representações. Ao discutirmos, então, estratégias para avaliação dos periódicos científicos, insistimos na necessidade de incorporar aspectos relativos ao projeto gráfico (ou visual) nos diferentes modelos de avaliação. A forma física do texto, na tela ou no papel, seu formato, a disposição do espaço tipográfico na página são fatores que determinam a relação histórica entre leitor e texto (1999:12).

Considerações finais

Em um momento em que a internacionalização do conhecimento científico se impõe às universidades ou instituições de pesquisa, há uma forte tentativa de se discutir critérios de avaliação para os periódicos científicos, tendo como referência modelos já propostos. No caso das Humanidades, em suas diversas áreas, há uma preocupação crescente com a formalização da comunicação científica, a fim de assegurar a legitimidade de periódicos e garantir a circulação do conhecimento. Como todo sistema de valores, há pressuposição de recomendação de alguns periódicos e exclusão de



outros. No presente artigo, nossa preocupação foi discutir os critérios de avaliação tanto relativos a conteúdo quanto aos aspectos formais e materiais, pois importa entender as regras como representações de necessidades de uma comunidade acadêmica, ou seja, enquanto construções historicamente delimitadas.

Assim, no que se refere a avaliação de artigos pelos pares, os critérios devem ser dimensionados dentro da área do conhecimento, pois, por exemplo, muitas vezes a originalidade e a novidade (valor moderno) podem ser padrões discutíveis para se avaliar a qualidade de um artigo. E no que aos aspectos formais, não podemos descartar a materialidade do suporte em que os textos são divulgados, na medida em que as pesquisas em design gráfico e para meios eletrônicos alimentam padrões que beneficiam ou não a legibilidade de um texto, transmitem a seriedade ou não de uma pesquisa, organizam ou não a matéria discursiva. As escolhas (mais do que opções subjetivas) representam a vontade de uma comunidade acadêmica e podem ser consideradas como expressão de uma concepção de pesquisa científica.

Referências bibliográficas

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993.

BOLIVAR, Adriana. **Análisis crítico del discurso de los académicos**. Signos, v. 37, n. 55, Valparaíso, 2004, 7-18.

CARTER, Robert; DAY, Ben e MEGGS, Philip. **Typographic design: Form and communication**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1993.

CAUDURO, Flávio. **O processo de design**. In: P&D Design 96 Estudos em Design, outubro de 1996. Anais. Rio de Janeiro: AEnD-Br: Seção III, Metodologia, pp.13-19.

CHARTIER, Roger. (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. 2. ed. México, D.C.: Fondo de Cultura Económica, 2000.

DOBLIN, Jay. **A structure for nontextual communications**. In: *Processing of Visible Language*, NATO Conferences Series, Series III: Human Factors. New York: Plenum Press, 1980, pp.89-111.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia. **A imagem da palavra: retórica tipográfica na pós-modernidade**. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.tipographia.com.br>> Acesso em 2 de junho de 2005.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia. **Design gráfico: do invisível ao ilegível**. Rio de Janeiro: 2AB, 2000.



HOUGHTON, Bernard. **Scientific periodicals**: their historical development, characteristics and control. Londres: The Central Press, 1975.

KRZYZANOWSKI, Rosali Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de Periódicos Científicos e Técnicos Brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.27, n.2, p.165-175, maio/ago. 1998.

LAMBERT, Jill. **Scientific and technical journals**. Londres: Clive Bingley Limited. Grã-Bretanha: Redwood Burn Limited, 1985.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. (tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos) Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

SOUZA, Denise Helena Farias de. **Publicações periódicas**: processos técnicos, circulação e disseminação seletiva da informação. Belém: Universidade Federal do Pará, 1992.

STUMPF, Ida Regina Chitto. **Periódicos científicos**. Documentos ABEED, 8. Porto Alegre: Associação Brasileira de Ensino em Biblioteconomia e Documentação, 1998.

STUMPF, Ida Regina Chitto. **Reflexões sobre as Revistas Brasileiras**. Revista Intexto, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br/>> Acesso em: 3 de maio de 2005.